

A GEOGRAFIA QUE SE FAZ NA FRANÇA SOBRE O BRASIL

Martine Droulers
Prof^ª. CNRS-CREDAL-IHEAL Paris 3
droulers@cns.fr

Sávio Augusto Miele
Doutorando na Universidade de São Paulo, bolsista Capes/Cofecub no IHEAL- Paris 3 Sorbonne Nouvelle
saviom@usp.br

Resumo

Abstract

Palavras-chave:

Key Words:



INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é de responder a pergunta instigante da professora Ana Fani Alessandri Carlos: “Qual é a geografia que se faz na França sobre o Brasil?”. Nela está embutida a pergunta: qual é a geografia que se faz na França? Como está evoluindo os estudos geográficos na França, já que os dois países têm uma história em comum? Nesse caso teria que esclarecer dois lados interligados: a estrutura institucional, quer dizer, a organização dos estudos geográficos (graduação, mas sobre tudo pós-graduação), e o lado científico, isto é, a produção do saber e a prática geográfica.

Os temas relevantes dos estudos geográficos desenvolvidos por professores franceses que têm como tema de trabalho a realidade brasileira se referem classicamente aos estudos de geografia urbana (hierarquia urbana, metropolização, favelas), à Amazônia (desenvolvimento e proteção ambiental), à situação agrária (estudos sobre agricultura familiar). Já nos anos 2000, observa-se como muitas pesquisas, tanto no urbano quanto no regional, convergem para análise do tema da sustentabilidade dos sistemas de vida e de produção, caminhando para uma geografia novamente unida nas questões ambientais. E esse ponto que constitui a nossa hipótese de trabalho.

Para desenhar o arcabouço teórico-metodológico da geografia que se faz hoje na França e sublinhar as correspondências de linhas de pesquisa e intercâmbios com a geografia brasileira, faz-se necessário entender a diversidade de oferta dos estudos geográficos, as mudanças curriculares, a evolução do lugar da geografia dentro das ciências humanas, assim como a filiação dos conceitos geográficos utilizados nos trabalhos de pesquisas. Partimos dos caminhos abertos pelos fundadores das principais escolas de pensamento, bem como de suas formações para pôr, como pano de fundo, as transformações profundas

que afetaram as ferramentas dos estudiosos, as ideologias subjacentes para chegar a uma geografia compromissada com a formação-profissionalização dos alunos de geografia num intercâmbio enriquecedor entre as geografias francesa e brasileira.

CADÊ O BRASIL NA PÓS-GRADUAÇÃO FRANCESA?

O percurso evolutivo dos temas de pesquisa desvenda a diferenciação das formações em geografia. A formação acadêmica clássica é aquela consagrada pela tese de doutorado, existindo também formações de mestrado profissionalizantes com dissertações de fim de curso baseadas na exigência de estagiar para iniciar a vida profissional e de se engajar no trabalho aplicado. Tais transformações reposicionam o debate entre a “geografia dos professores” e a geografia ativa, influenciando também novas modalidades de cooperação entre a França e o Brasil com intercâmbios multiplicados.

Além do mais com a massificação do ensino superior e a reorganização do mapa universitário na França pós-1968, os número de departamentos de geografia passou de 17 em 1960 a mais de 60 vinte anos mais tarde (dos quais 45 possuem escola doutoral), ao mesmo tempo muitos diplomas especializados foram criados, acarretando uma especialização dos estudos geográficos e uma diversificação de linhas de pesquisas. A dispersão dos lugares de ensino e a funcionalização/especialização da pesquisa dificultam a coleta de informação tornando a classificação disciplinar sobre as teses defendidas um exercício difícil por causa das fronteiras entre disciplinas e da rigidez que persiste na integração da pluridisciplinaridade. A institucionalização de novos perímetros organizacionais da pesquisa (contratos entre universidades, CNRS, IRD e outros órgãos públicos) contribuiu para esse esfacelamento. Ao mesmo tempo, o número de professores-pesquisadores foi multiplicado por dez, passando de 100 em 1965 a 1000 em 1990, 1500 em 2005, dos quais 350 são orientadores de teses. Nos anos 1990, há uma média anual de 160 teses de geografia defendidas, sendo 40% sobre a França, 22% sobre o Maghreb, 17% sobre a África tropical (2/3 dos estudantes são africanos) e apenas 2% sobre o Brasil. A tabela 1 mostra a pequena participação do Brasil como tema de doutorado em geografia na França durante essas duas últimas décadas.

Tabela 1 - Teses de doutorado em Ciências Humanas e Geografia sobre o Brasil defendidas na França (1990-2008)

Teses de doutorado defendidas Período	Total de Teses em Geografia na França	Tese Brasil em Ciências Humanas	Tese Brasil em Geografia
1990-1994	966	316	16
1995-1999	1417	156	20
2000-2004	1040	191	19
2005-2008	718	105	10

Fonte: sudoc.abes. fr²

A diminuição do número de teses defendidas em geografia com temas relativos à realidade brasileira pode ser explicada pela criação de novos cursos de pós-graduação no Brasil, o que aponta que as teses eram, em sua maioria, defendidas por bolsistas, ou não-bolsistas, brasileiros. O mesmo processo de diminuição do número de teses defendidas com tema sobre o Brasil é também observado no conjunto das ciências.

A GEOGRAFIA CLÁSSICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

As relações entre a geografia francesa e brasileira podem ser apresentadas em três períodos bem distintos, com nítida influência de várias correntes de pensamento: os fundadores, representantes da geografia positivista vidaliana; a geração influenciada pelo marxismo e que entrou na geografia aplicada; a diversificação atual e especialização da oferta num leque amplo de opções de formações por meio da pesquisa.

Da primeira geração dos geógrafos nascidos antes da primeira guerra mundial, e que representa o auge da geografia vidaliana, da França rural, da compreensão das identidades locais e regionais, devemos destacar os fundadores que tiveram profunda influência na formação dos geógrafos brasileiros entre 1935 e 1955: Pierre Deffontaines (1898-1986), Francis Ruellan (1894-1975), Pierre Monbeig (1908-1987).

Dessa geração dos geógrafos brasilianistas, destacaremos o professor Pierre Monbeig, que depois de uma estadia de 11 anos no Brasil (1935-1946) com profunda implicação na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e várias publicações destacadas na geografia brasileira, teve uma ação marcante nos estudos geográficos na França. Além do tema central de seus trabalhos sobre a frente pioneira da cultura do café, na geografia regional e na construção do latino-americanismo, ele se destaca pela metodologia rigorosa de pesquisa de campo e de elaboração cartográfica do avanço das frentes pioneiras. Suas pesquisas indicam como destrinchar a complexidade da marcha de uma frente de povoamento, os aspectos econômicos (sistemas de compra/venda de terras), políticos (planejamento territorial), sociais e individuais (a psicologia do pioneiro).

Nos anos 1960 e 1970, Pierre Monbeig, professor na Sorbonne e ao mesmo tempo diretor adjunto das Ciências Humanas do CNRS e diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL), na rue Saint-Guillaume em Paris, foi membro ativo não somente na estruturação dos estudos geográficos universitários, como do latino-americanismo. Entre os anos 1954 e 1960, numerosos estudos foram publicados pelo IHEAL, tais como os de Denis Lambert, Michel Rochefort, Jean Roche, Yvonne Beigbeder, François Bourricaud, estudos marcados por uma disciplina, mas numa pluridisciplinaridade emergente (ver os primeiros números de Cahiers des Amériques latines, série sciences de l'homme), retomando a feliz formulação de Pierre Chaunu sobre a convergência da geografia e da história: “na América os espaços carregam o tempo”.

Em 1968, Pierre Monbeig criou o laboratório do CREDAL, Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine, organizado como núcleo forte de pesquisa, de documentação e informação científica. Sua ação institucional foi duradoura e a posteridade científica se estruturou nesse mesmo lugar onde ele incentivou as pesquisas pluridisciplinares, as mesas redondas de devolução dos resultados científicos, implantando decisivamente relações estreitas entre os estudiosos da América Latina na França. O referencial metodológico utilizado por Pierre Monbeig: positivismo, análise da mentalidade pioneira, escala e temporalidade, articulação da esfera da natureza com a esfera da sociedade, as dimensões econômica e ecológica, tudo conduzia a uma geografia regional renovada pelo estudo do “complexo geográfico” num conjunto de pesquisas científicas pluridisciplinares. Esses trabalhos já indicam as relações inevitáveis entre a geografia agrária e as preocupações ecológicas.

Logo após a segunda guerra mundial existiram iniciativas para recriar a geografia humana em uma nova perspectiva pluridisciplinar. Assim, o lançamento, em 1948, da revista *Géographie humaine et ethnologie* dirigida por Pierre Deffontaines e André Leroi-Gourhan e administrada por Mariel Jean-Brunhes Delamare, abre um caminho interdisciplinar nas ciências humanas. “Geografia humana, etnologia, nova aliança que não exclui a antiga e substancial associação com a geografia física da qual tanto a etnologia quanto a geografia humana tira grande proveito... seria o estudo do homem no seu meio e uma defesa

do conceito gênero de vida... não seremos uma escola... queremos ser um movimento” . No mesmo ano, Max Sorre que elaborou uma “geografia da alimentação”, reafirma o valor da noção “gênero de vida” apesar da evolução do mundo urbano-industrial e das formas agudas de divisão do trabalho; ele procurava construir “uma ecologia do homem” a partir do conceito de “complexes patogênes”. No mesmo período, Josué de Castro construía seus estudos sobre a “geografia da fome” (1949).

O papel incontestável dos trabalhos de Pierre Monbeig para os estudos geográficos sobre as cidades no Brasil é fato amplamente conhecido. Sua obra “O Estudo Geográfico das Cidades” de 1941, considerado um texto com forte cunho metodológico revela a influência profunda da geografia vidaliana nos estudos monbeigianos. Assim, os pontos metodológicos destacados para a elaboração das Monografias Urbanas (sítio, posição, evolução histórica, fisionomia e estruturas, funções urbanas e raio de ação da cidade) se baseiam em trabalhos de pesquisa de campo. O reflexo dessa influência será claramente e intensamente observado entre os anos 40 e 50 no desenrolar das Assembléias Gerais anuais patrocinadas e organizadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Entretanto, é importante destacar que a influência metodológica francesa não possuirá no decorrer dos anos um caráter monolítico e cerceador nos trabalhos de geógrafos brasileiros, ao contrário é a partir dela que se constrói e se afirma esse campo de formação, investigação e pesquisa no país. Foi um período que se caracterizou por uma produção acadêmico-científica fértil que construiu um conhecimento sólido sobre a cidade e o urbano no Brasil. Deste momento em diante, as bases da geografia urbana brasileira estavam postas, o que constituía possibilidade de alçar novos vãos que superassem o estudo monográfico das cidades e das regiões.

Paralelamente a esse mundo acadêmico, aparecia no Brasil como na França, a preocupação com o subdesenvolvimento e a necessidade de estudos sociais aplicados. Nesse aspecto, o papel do padre francês Louis-Joseph Lebreton (1897-1966), apesar de pouco conhecido, tem lugar de destaque. Sua influência na produção de conhecimentos sistematizados sobre as favelas cariocas, marca « uma ruptura em relação às representações tradicionais da favela » (Valladares, 2005). Na sua primeira viagem ao Brasil em 1947, Lebreton, esteve mais ligado à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, escola que defendia uma ecologia humana empírica e aplicada, com a qual ele fundou o escritório de estudos SAGMACS (Sociedade de análises gráficas e mecanográficas aplicadas aos complexos sociais) aos moldes da francesa fundada no ano anterior. Além da construção de caminhos para desenvolver pesquisas práticas e propor soluções humanistas e solidárias para a promoção dos povos e o desenvolvimento econômico, o estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” revela uma nova prática marcada por interdisciplinaridade que traz à tona a temática da organização urbana e da planificação territorial, aportando elementos inovadores de organização econômica e social da cidade. Será nos anos 50 e 60 que Lebreton se aproxima da Universidade de São Paulo, influenciando, por meio de seu curso ministrado em 1953 na FAU a formação dessa geração de planejadores urbanos paulista, conforme Lamparelli.

Mas foi no Rio de Janeiro a convite do jornal paulista O Estado de São Paulo que Lebreton, junto a uma equipe de pesquisa, irá construir um relatório que coloca a favela como comunidade social na cidade apresentando um novo método de observação urbana. Aspectos Humanos da Favela Carioca se tratou de um estudo interdisciplinar que durante três anos de pesquisa (1957-1959) trabalhou com dezesseis estudos de caso, pesquisa com observação direta concentrada em duas favelas, logo depois estendida para sete. A equipe interdisciplinar contava com a direção técnica do professor José Arthur Rios (sociólogo), Carlos Alberto de Medina (etnólogo), Hélio Modesto (arquiteto) e os geógrafos brasileiros Lysia Bernardes, Nilo Bernardes e Orlando Valverde. A participação desse grupo de geógrafos tinha razão por conta de seus conhecimentos da história da ocupação do espaço carioca, além de seus conhecimentos de cartografia

e análise de fotos aéreas. Tal estudo, influenciado pela presença de Lebrét no Brasil, será um marco nas investigações sobre favelas no país, conduzindo a estudos propositivos, colocando a necessidade de uma prática no sentido de solucionar, por meio da ação, grandes dilemas sociais.

Até o final de sua carreira, Pierre Monbeig anima grupos de pesquisa, transmitindo seu conhecimento íntimo do mundo rural brasileiro em que sublinhava a co-existência entre o velho e o novo, entre os interesses tradicionais dos grupos historicamente privilegiados, a pobreza e a miséria da maioria dos migrantes. Monbeig confirmou em seus seminários vocações de brasilianistas: Raymond Pébayle, Hervé Théry, Martine Droulers e especialistas de outros países da América Latina que se interessaram pelo Brasil, como Michel Foucher, Hélène Rivière D'Arc. Todos incluídos na última pesquisa sob a direção de Pierre Monbeig que teve como cenário a Amazônia, última franja pioneira do Brasil no século XX estudada nos meados dos anos 1970 da qual os resultados foram publicados num livro "As novas Amazônias". O grupo de brasilianistas do CREDAL prosseguiu consolidando, nos anos 1980, os temas sobre: áreas de influência de cidades, poder local, relações de trabalho, dinâmicas territoriais... publicando na França os livros de referência sobre a geografia do Brasil .

A INFLUÊNCIA DO MARXISMO E O MEIO AMBIENTE EMERGENTE

No curso do desenvolvimento da ciência geográfica, se constitui a geração dos geógrafos influenciados pelas categorias do pensamento marxista: modo de produção, mundo operário, desigualdades sociais, subdesenvolvimento, engajamento político... (Bataillon, 2006). Foram todos alunos de Pierre George (1908-2000) e se engajaram tanto na geografia acadêmica como em operações de geografia aplicada seguindo a tendência já esboçada na Inglaterra pós- guerra e sistematizada na França pelo professor Michel Philippeau . Um debate, nunca acabado, esta sendo aberto entre a geografia acadêmica e a geografia ativa.

Dois representantes dessa geração tiveram uma importância direta no Brasil. O primeiro, Jean Tricart (1920-2003) conhecido geomorfólogo, criou uma metodologia que pôs em evidência as relações entre o solo e a morfologia, isto é, o balanço pedogênese-morfogênese, importante para o planejamento agrícola e depois para os estudos ecológicos. Ele alimentou várias vezes o diálogo entre geografia física e geografia humana com um texto original sobre o "habitat urbain" (CDU, mimeo 1963) e participou da formação de vários geógrafos brasileiros. O papel do segundo, Michel Rochefort (1927), será analisado mais adiante.

Nos anos 1955-60, havia debates entre os que defendiam o homem-habitante (Le Lannou), o homem-produtor (Pierre George), os que defendem a unicidade da geografia e outros que priorizam a ação humana como sendo central no raciocínio geográfico. Portanto, no mundo acadêmico francês após a segunda guerra mundial, a ruptura entre geografia física e humana se agudizava. A presença predominante do marxismo para explicar o mundo bipolar perpassa todas as ciências sociais numa crítica generalizada ao modelo capitalista-imperialista. Entretanto, a geografia enfrentava alguns desafios para integrar a teoria marxista, ela procurava modelizar as classes sociais, adaptar ao espaço o conceito de luta de classes, de centro/periferia, de análise espacial e quantitativa. Outras metodologias influenciavam a formação dos geógrafos, e a dimensão "meio natural" perdia lugar no corpus explicativo. A geografia física, que trabalha com uma outra temporalidade, se separava cada vez mais da geografia humana. Alguns anos mais tarde, a sociologia aproveita da situação para tentar afastar o ensino da geografia humana das universidades por falta de embasamento teórico (Bourdieu, 1990). Como foi possível chegar a tal extremidade?

Ainda no início dos anos 1970, Pierre George, autoridade geográfica, publica uma resposta sintética sobre a questão do meio ambiente , marcando o lugar da geografia no tema emergente; entretanto a

ruptura entre geografia física e humana não estava superada. Somente no início dos anos 1980, a revista *Herodote* oferece a George Bertrand espaço para uma tribuna sobre “a reconstrução da geografia física” ampliando o debate entre ecologia e geografia que testemunha o mal estar dos geógrafos diante da chegada da ecologia ao estatuto de ciência. Como vai se posicionar a geografia com seu eterno dilema da relação física/natureza e humana/sociedade?

No fundo é o peso do “social” e do “político” que provoca uma segmentação dentro da geografia humana e um distanciamento da física. Além do mais, o contexto da contestação estudantil de 1968 cristalizou o debate sobre o futuro da geografia. Que tipo de modificações deveriam ser feitas na formação de geógrafos? Sair da geografia dos “professores” como dizia Lacoste, para uma geografia aplicada, engajada? Neste momento, os intercâmbios entre geógrafos franceses e brasileiros se fizeram na esteira da geografia aplicada – a experiência pioneira do Padre Leuret em São Paulo e Rio de Janeiro e dos professores Jean Tricart na Bahia e Michel Rochefort na política urbana nacional, são exemplos.

No final dos anos 40 e os anos 50 vão revelar profundas transformações na economia, na política e na sociedade. A realidade política e econômica instaurada no pós-guerra vai corresponder a uma ruptura nos estudos de geografia urbana, bem como nos estudos de geografia regional com mais implicações nas ações de planejamento. Os anos 60 será uma afirmação/confirmação dessa tendência que já vinha se consolidando.

Nesse período, é de grande importância e destaque, inclusive por sua originalidade, os trabalhos do geógrafo Michel Rochefort, que influenciado por seus mestres Jean Tricart, Pierre George, constrói um trabalho de pesquisa apresentado como tese de doutoramento em 1958 de título “L’organisation Urbaine de l’Alsace”. Marco central de uma renovação nos caminhos metodológicos da concepção e abordagem geográficas da região e do urbano, correspondendo a já citada mudança da sociedade e da economia.

Sua preocupação em construir uma abordagem das estruturas da sociedade nas suas relações com espaço é o que o motiva em suas incursões geográficas. Sem abandonar seu interesse principal, muito pelo contrário, sua tese vai refletir a influência explícita de seu encontro com Pierre George em 1951, que dizia que o jovem geógrafo deveria estudar as cidades no território. Assim, Rochefort se lança no estudo sobre a região da Alsace com o desafio de construir uma “démarche” para a compreensão da organização do espaço e dos territórios, e para tanto ele se põe a refletir e trabalhar sobre a cidade. Estão aí colocadas algumas questões, que já indicam um novo movimento do pensamento geográfico sobre a região, a cidade e urbano, sendo eles: tentativa de articular os fenômenos observados à evolução global da sociedade, a apreensão dos mecanismos de organização e diferenciação do espaço, como também sua diversidade e complexidade.

Nesse sentido, sua tese de doutoramento de forma renovada, mas também inovadora, coloca não apenas no meio acadêmico, o debate sobre as redes e a hierarquia urbana (as grandes cidades, as cidades médias e as pequenas cidades). Como afirmou Pierre George, está aí posta a passagem da monografia de geografia urbana (tendo como objetivo o estudo de apenas uma cidade) e da monografia regional (elegendo o como objeto de estudo o conhecimento de uma cidade apenas no contexto regional específico) ao “papel desempenhado pelo aparelho urbano na organização da região”. Essa ruptura traz à tona a possibilidade de compreender a organização do espaço urbano-regional numa perspectiva que dá destaque às relações econômicas e abre o caminho para construir instrumentos capazes de propor um tipo de planejamento territorial (*aménagement du territoire*) recriando redes urbanas que possuam como centro as cidades ditas regionais, por meio da ação política dando bases para o desenvolvimento.

Foi no XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro de 1956 que Rochefort conhece o Brasil. É nesta oportunidade (na qual outros nomes da geografia francesa participam) que chega ao país

os estudos de rede e hierarquia urbana que se consolidam com o passar dos anos seguintes. O professor realizou sua tese complementar no Brasil, cujo tema é relação entre o coeficiente de escoamento da bacia do Paraíba do Sul e da bacia do Jacuí-a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Os trabalhos de Rochefort encontram no Brasil um lugar especial, pois se vivia o desenvolvimentismo como projeto político-econômico para o país, o que criava a necessidade de se estudar e conhecer as dinâmicas de um território de grandes dimensões. Assim, de forma rápida tais trabalhos e estudos são incorporados nas análises geográficas.

Seu primeiro convite para trabalhar no Brasil foi ao final dos anos 50 e início dos anos 60 para lançar em Recife um programa de ensino de geografia humana aplicada. Nos anos 60 e 70 foi convidado a trabalhar em serviços de planejamento, especificamente na Secretaria de Estado de Planejamento do Território de São Paulo, junto à Comissão Nacional de Política Urbana de Brasília e no Ministério do Planejamento, participando de diferentes programas de planejamento que compuseram diferentes relatórios, como o de cidades médias, a desconcentração industrial no estado de São Paulo e reforma administrativa. A partir desse período foi convidado para proferir conferências em diversos lugares pelo Brasil.

Mesmo com a profunda influência que teve nos estudos brasileiros de geografia urbana e regional e na prática política ao lado de alguns geógrafos brasileiros, Rochefort constituiu na França um laboratório de pesquisa urbana na Paris 1 sem ter especificamente um grupo de estudos sobre o Brasil, talvez porque não tinha lugar para dois laboratórios desse tipo na universidade de Paris.

Em 1968, Pierre Monbeig tinha criado o laboratório do CREDAL, Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine, organizado como núcleo forte de pesquisa, de documentação e informação científica. Sua ação institucional foi duradoura e a posteridade científica se estruturou nesse mesmo lugar onde ele incentivou as pesquisas pluridisciplinares, as mesas redondas de devolução dos resultados científicos, implantando decisivamente relações estreitas entre os estudiosos da América Latina na França.

De fato, existia no CREDAL, um grupo de pesquisa sobre Brasil que participou de um estudo sobre cidades de porte médio no Brasil, coordenada por Michel Rochefort em 1984-85, que partiu pelo tema da descentralização, do poder local antes de chegar nos anos 1990, à estudos intra-urbanos como os trabalhos desenvolvidos por Helene Rivière D'Arc e equipe, que seria um exemplo de pesquisas em geografia urbana que se faz na França sobre o Brasil e América Latina hoje. Editado no final de 2008, a coletânea de textos "Centres de ville durables en Amérique Latine: Exorciser les précarités? México-Mérida (Yucatán) São Paulo-Recife-Buenos Aires" organizado por D'Arc apresenta uma gama de uso do conceito de cidades sustentáveis aplicando-o ao centro de metrópoles latino-americanas por meio da análise dos processos de reabilitação e requalificação apresentados como instrumentos urbanísticos através dos quais as políticas locais se concretizam. O desafio, posto pelos autores, de se pensar esta política mundialmente difundida, se justificaria pelo lugar que os projetos de requalificação possuem num momento de passagem de uma planificação dos anos 60-80 para a resolução do que se chamou de "crise da cidade".

Poderemos avançar no debate sobre a renovação urbana desses espaços mostrando como eles giram em torno da tríade desvalorização – degradação – revalorização, direcionado pela questão da governança e da sustentabilidade. No centro da cidade de São Paulo o conflito maior é justamente entre os planos que possuem a intenção de realizar uma "limpeza" por meio da qual a população de cortiços e de rua seria retirada e aqueles planos que têm como intenção a manutenção/criação de moradias e trabalho desses habitantes no centro, aproximando-se e dialogando com movimentos sociais locais. Nesse sentido, a articulação entre os interesses públicos e privados caminham na direção de criar e implantar projetos de reabilitação no plano da habitação e do trabalho no centro da cidade e no plano da cultura e na reforma

do patrimônio arquitetural (atraindo um público específico ao centro da cidade). A realização de cada um dependerá das posições e intenções políticas de quem governa o município e de como o jogo dos interesses privados se articula.

Mais importante que a discussão da constituição de uma cidade sustentável, ponto central do livro, é aquela da valorização dos capitais implicados nos processos de renovação. Assim, é imprescindível uma análise aprofundada das estratégias do mercado imobiliário, que ao abrir frentes de criação de mais valor acarreta a mobilização da propriedade privada permitindo o surgimento de novos preços dos imóveis no mercado e definindo o tipo de população que vai habitar o “novo” centro, bem como aquela que o frequentará. O que revela o conteúdo do processo de valorização é a possibilidade da acumulação dos capitais da iniciativa privada aí investidos que subvencionam parte de tais políticas públicas. A sustentabilidade é parte de um projeto de cidade e de sua aceitação e assim pode ser justificada, mas não é a explicação do sentido da reabilitação.

Tal obra reforça a idéia de que os estudos de geografia sobre o Brasil na França convergem para o tema da sustentabilidade, buscando criar condições para um desenvolvimento que leve em consideração o econômico, o social e o ambiental. Segundo Revista da ANPEGE, v. 5, p. 36 - 50, 2009 45

Martine Droulers e Sávio Mielle

nossas análises seria cada vez mais difícil distinguir uma geografia de esquerda e de direita. Portanto se delinea francamente uma geografia engajada e comprometida com os novos desafios postos pela sociedade atual (cf. *cafés géographiques*). Típico também dessa evolução são as coleções como *La République des idées* e *Nouveaux Débats* da Presses Sciences Po, nas quais estudiosos, que além da geografia se formaram em outros campos das ciências, publicam seus trabalhos de pesquisa.

UMA GEOGRAFIA NOVAMENTE UNIDA E APLICADA?

A geografia que analisa melhor a realidade teria que achar uma via mediana entre o « tudo ecológico » (relação homem/natureza) e o « tudo tecnológico » (informatização total) afim de ultrapassar as seqüelas do « rendez-vous manqué » entre geografia física e humana para se incluir como uma ciência humana e social fazendo parte do conjunto de análises e de saberes necessários para responder ao desafio da organização de um planeta de 9 bilhões de seres humanos. A modernidade nos estudos geográficos seria a participação direta em ações operacionais baseadas num raciocínio geográfico bem assumido procurando esclarecer o papel dos atores nos territórios.

A caminhada progressiva para o estudo integrado do meio ecológico objetivou a gestão dos territórios através do planejamento e da proteção das áreas vulneráveis. Essa progressiva integração dos elementos naturais e antrópicos contribuíram para a construção do futuro conceito de desenvolvimento sustentável. Na França, com a descentralização política-administrativa (lei de 1982), a profissão do geógrafo se afirma nas aplicações de planejamento territorial e regionalização. Com esse movimento, o número de formações de nível superior “d’aménagement” cresceu, atingido mais de 100, sendo lugares (que podem ser também nas faculdades de direito e ciências econômicas) onde se alarga a reflexão sobre as aplicações de geografia. Após décadas de debates entre “a geografia humana clássica” e a geografia aplicada para organizar a formação, as inter-relações entre pesquisa, ensino e aplicação se consolidam no contexto universitário, apesar de observar que “a geografia clássica, entretanto habituada a uma reflexão “possibilista”, parece ter encontrado um obstáculo epistemológico diante a uma tomada de risco que supõe a formulação de hipóteses sobre o desenvolvimento futuro dos territórios, indispensável à planificação regional” (Broggio, 1997). Será que a geografia conquistou plenamente seu lugar nas ciências sociais?

Será que a grade de análise territorial específica permite superar o obstáculo epistemológico?

Cada vez que apontam novos aparelhos explicativos surgem divergências entre as ciências, nascem escolas e ocorrem rupturas entre as correntes de pensamento. Os temas dominantes: modos de produção, desigualdades, dependência (relações centro-periferia) estão evoluindo com novas noções: espaço-tempo (medir o espaço pelo tempo), local-global, justiça socio-espacial etc... Um forte movimento da geografia critica renasce consolidando amplos programas de pesquisa através dos temas de :

- a globalização (cf o projeto da Geografia Universal de Roger Brunet) e o trabalho original da equipe do GIP Reclus da “Maison de la géographie” de Montpellier, dando prioridades a produção de mapas, ao planejamento territorial e aos atlas. O primeiro volume da Geografia Universal trata do mundo como um sistema, o maior dos sistemas espaciais humanos (O. Dollfus, 1990) que, mudando de escala, modifica e renova a relação homem/natureza em nível do planeta.

- o ecodesenvolvimentismo do qual participa os geógrafos: contribuir à medir os impactos das ações de desenvolvimento com as populações, e avaliar as mudanças no meio ambiente

- os fenômenos de urbanização insistindo sobre o equipamentos dos bairros pobres e as vias de inserção nas cidades (Jan Bitoun), a questão dos transportes urbanos (Etienne Henry)

- os sistemas da informação geográfica, interpretação das imagens de satélites, análises de paisagens e biodiversidades (Dubreuil, Le Tourneau)

De fato depois do “rendez-vous manqué” entre geografia física e humana, os pesquisadores se encontraram no campo dos estudos ecológicos, consolidando diversas estruturas de pesquisa (Mendoza, 2005). Essa reelaboração se manifesta através a consolidação de laboratórios trans-universidades: o Strates de Paris 1 se transforma em Ladyss juntando as equipes das universidades de Paris 1 e 10. Todos esses rearranjos refletem o avanço das relações entre desenvolvimento e meio ambiente numa dinâmica permanente de interface (Rossi, 2000).

Nesse época do “rendez-vous manqué” entre geografia física e humana na França, é interessante observar as perspectivas em outras situações nacionais. Nos Estados Unidos, a ciência ecológica se desenvolveu cedo (fim do século 19), enquanto que a geografia se implantou nas universidades tardiamente. A ecologia teve logo duas correntes diferentes: o *environmentalism* (ou ecologia adaptativa voltada para ação) e a *deep ecology* mais filosófica que implica ter o «espírito» da natureza. Nesse contexto foi criado o movimento qualificado de “bioregionalismo” (McTaggart, 1983), orientado pelas noções de habitabilidade ou repovoamento de áreas degradadas o que implica a consciência da natureza do lugar pela população que nele habita. Nesse sentido, novas obras simbolizam a re-união dos estudos geográficos como também a inclusão dos estudos do meio ambiente na longa duração e as respostas construídas pelas sociedades para resolver seus problemas ambientais (ver a trilogia de Jared Diamond).

Um exemplo atual dessas pesquisas incluindo a preocupação do desenvolvimento sustentável é o programa DURAMAZ que procura identificar os determinantes da interação do meio ambiente com os aspectos econômicos e sociais a fim de reorientar o rumo da reflexão sobre o desenvolvimento sustentável — reflexão que com excessiva frequência se concentra em avaliações técnicas e não suficientemente no contexto geopolítico local em que elas são aplicadas. Da mesma maneira nas universidades francesas,

se avança na teorização da geohistória, da geopolítica e na problemática da construção das nações e das regiões. No total, se trata de construir uma aceitação das potencialidades explicativas de geografia no campo das ciências sociais.

O Brasil foi e esta sendo um poderoso fornecedor de estudos geográficos desafiadores: metrópoles, Amazônia, celeiro agrícola, pobreza, segregação etc... No solo fértil de uma cooperação antiga apoiada em instrumentos de intercâmbios (acordos CAPES/COFECUB, CNRS/CNPQ), procuraremos sempre que possível renovar esse frutuoso diálogo entre a geografia brasileira e a geografia francesa respondendo as licitações de pesquisa nacionais e internacionais (programas europeus) incentivando as bolsas de doutorados dos dois lados do Atlântico.

NOTAS

(1) Enquanto, para o mesmo período, a base Geotese da Intergeo recenseava 743 em 44 universidades com 257 diretores (L'état de la géographie, 1997).

(2) Sistema Universitário de Documentação - catálogo coletivo francês das bibliotecas e centros de documentação do ensino superior e da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATAILLON C. Six géographes en quête d'engagement: du communisme à l'aménagement du territoire. **Cybergeo**, 341, 2006. <http://www.cybergeo.eu/index1739.html>.

BEAUJEU-GARNIER J. **La géographie: méthodes et perspectives**. Paris, Masson, 1971.

BERTRAND G. Construire la géographie physique. **Hérodote** n° 26, 3/1982 Ecologies/géographie, 90-116.

BITOUN J. "Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana". **Boletim de Geografia Teórica**, vol. 21, n°42, Rio Claro (SP), 1991. pp. 39-46.

BROGGIO C. Géographie appliquée et géographes professionnels: la fin de l'exception française. **L'état de la géographie**, Knafou R., dir. Paris, Belin, 1997. pp. 298-314.

BRUNET R. L'aveuglante unité de la géographie. **L'Espace géographique**, 2, 1989. pp. 94-101.

CHONCHOL J. et MARTINIÈRE G., **L'Amérique latine et le latino-américanisme en France**. Paris, l'Harmattan, 1985.

DA CUNHA A. et MATTHEY L. **La Ville et l'urbain: des savoirs émergents**. Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes, 2008.

D'ARC, H. R. **Centre de villes durables en Amérique Latine. Exorciser les précarités?** Paris, Editions IHEAL, 2008.

DIAMOND J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

LACOSTE Y. **Dictionnaire de géopolitique**. Paris, Flammarion, 1993.

LEBRET L. J. **Aspectos Humanos da Favela Carioca**. 1960.

LEVY J. **Le tournant géographique**. Paris, Belin, 1999.

LE TOURNEAU F. M. Stratégies territoriales amérindiennes dans un contexte pluri-ethnique : la région de Auaris (Roraima). **Confins** [Online], 3 | 2008, posto online em 25 juin 2008, Consultado o 02 juillet 2009. URL : <http://>

confins.revues.org/index3653.htm

LIBAULT A. **Communication sur l'atlas de Sao Paulo**, Madrid, 1970.

McTAGGART, W. Donald. **Bioregions: the Case of Bali, Indonesia**. Paper presented at the meetings of the Association of American Geographers. Denver, 1983.

McTAGGART, W. La géographie moderne et la pensée écologique. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 32, n° 87, 1988. pp. 321-326.

MENDOÇA F., La question environnementale en géographie au Brésil: une approche épistémologique, **Norois**, 197, 2005. pp. 55-67

MEYNIER A. **Histoire de la pensée géographique en France**. Paris, PUF, 1969

MONBEIG P. A situação dos estudos geográficos no Brasil. **Rumo**, Rio de Janeiro, ano I, 4o trim., 1943. pp. 7-11

_____. **Pionniers et planteurs de Sao Paulo**. Paris, A. Colin, 1952.

REYNAUD A. Une perspective cavalière. In: **L'état de la géographie**, Knafo R., dir. Paris, Belin, 1997. pp. 353-370.

ROBIC M-C. La crise des années trente et la tension vers l'expertise géographique : expériences françaises et internationales. Une nouvelle frontière ? **Confins** [Online], 5 | 2009, posto online em 30 avril 2009, Consultado o 16 mai 2009. URL : <http://confins.revues.org/index5652.html>

ROMERO C., WANIEZ P. et al.. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Edições Loyola, Rio de Janeiro, 2003.

ROSSI G., **L'ingérence écologique, Environnement et développement rural du Nord au Sud**. Paris, CNRS Ed., 2000.

SORRE M. **Les fondements biologiques de la géographie humaine** (Essai d'une écologie de l'homme). Paris A. Colin 1943.

STRATES. **Especial sobre Michel Rochefort**. Numero especial, 2002.

TISSIER J. L. La géographie dans le prisme de l'environnement (1970-1990). In: **Du milieu à l'environnement**. Robic M. C. Dir. Paris Econômica, 1992, 201-237.

TONNEAU J.P., SABOURIN E. (orgs.). **Agricultura familiar, interação entre políticas públicas e dinâmicas locais, ensinamentos a partir de casos**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

TRICART J. **Ecodinâmica**, Rio de Janeiro, IBGE, SUPREN, 1977. 91p.

VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

Recebido em abril de 2009

Aceito em agosto de 2009